# VIA MUNDI

ISSN 1518-1227 Nº 5 JUL-SET – 2001

BOLETIM DE ANÁLISE DO ESTADO DA ARTE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SUMÁRIO



## Carta do Editor

A nova edição do boletim *Via Mundi* oferece ao seus leitores importante painel de relações bilaterais do Brasil, com países significativos como Estados Unidos, Alemanha, África do Sul e Israel, com amplo panorama de perspectivas, oportunidades e percepções de longo prazo, advindos de acurada análise de experimentados estudiosos, quer acadêmicos, quer diplomatas.

À exceção da obra *Brasil e Israel: Diplomacia e sociedades*, que foi publicada pela editora da Universidade de Brasília, as demais foram iniciativas do Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, ligado ao Ministério das Relações Exteriores, então sob gestão do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Ainda com vistas à política externa brasileira, há as seguintes resenhas: *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil, 1912-1964*, preparada pelo Ministro Paulo Roberto de Almeida, que trata de eventos e processos em cuja inserção se deu a política externa do país. Divide-se em cinco marcos principais, organizados de modo cronológico: República Velha, Era Vargas, Guerra Fria, Operação Pan-Americana e Política Externa Independente.

*Vale Dico, despedida do Itamaraty*, pequeno livro de despedida de um dos diplomatas mais importantes do século passado, Cyro de Freitas-Valle, que foi testemunha ocular de períodos importantes da história mundial como a II Guerra Mundial – serviu à frente da Embaixada do Brasil na Alemanha entre 1939 e 42 - e a fundação da Carta de San Francisco, da Organização das Nações Unidas, em 1945;

Na dimensão multilateral, há obra relativa a um aspecto basilar da parceria sul-americana: o gasoduto brasílico-boliviano, que proporcionaria ao país melhor retorno econômico e ambiental, até mesmo em relação ao álcool, segundo o autor Francisco Brasil de Holanda.Também relativo ao multilateralismo, há o lançamento do livro de Amado Cervo, um dos mais abalizados historiadores brasileiros, sobre as relações sul-americanas durante o século XX, abordando, inclusive, a adoção do paradigma neoliberal, a partir de fins dos anos 80, e suas conseqüências no projeto de desenvolvimento nacional.

Com vistas à política econômica do Brasil, adotada a partir de meados de 1994, disporá o leitor da visão crítica do politólogo e economista José Luís Fiori, que disseca a influência do neoliberalismo no conjunto de forças que governam o país e seus desastrosos, em sua opinião, resultados para a inserção brasileira no cenário internacional.

Encerrando o número, o didático livro dos acadêmicos britânicos David Held e Anthony Mcgrew sobre o processo de globalização, com uma abordagem multidisciplinar, buscando enumerar as visões dicotômicas sobre o tema, que gera tantas discussões profícuas no meio acadêmico.

# Estados Unidos: Visões Brasileiras*

**Filipe Nasser****

Existe farto consenso acadêmico acerca da dimensão dos Estados Unidos na política e na economia mundial e de seu *locus* na história do século XX. Conhecer as relações internacionais dos Estados Unidos é dar um importante passo para a compreensão das relações internacionais contemporâneas, visto que as últimas ordens mundiais têm sido largamente moldadas pela política externa deste país. Desde o século passado, e sobretudo a partir de 1945, a história da humanidade compartilha vistosa interseção com a história deste país, de forma que o estudo de um não pode prescindir do conhecimento do outro.

Com o intuito de difundir o conhecimento histórico-científico e fomentar uma reflexão sistematizada acerca dos Estados Unidos e de sua política internacional junto ao público brasileiro, o Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (IPRI), em associação com a CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior), sob a organização do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, publicou no ano de 2000 a obra *Estados Unidos: Visões brasileiras*, que faz parte do projeto Anuário de Política Internacional, de iniciativa conjunta destas entidades.

Normalmente, após a realização de um seminário específico, publicam-se as reflexões por meio de compilações de artigos e ensaios, em que especialistas – economistas, cientistas políticos, professores e diplomatas brasileiros – lançam suas visões sobre terceiras nações.

Cumpre ressaltar que as visões dos especialistas brasileiros não se dedicam a apresentar uma visão "abrasileirada" das relações internacionais dos Estados Unidos ou avaliar as relações bilaterais do Brasil com tal país, mediante cortes ou dimensões específicas. A propósito, raras são as menções ao Brasil e ao relacionamento entre os países nos trabalhos. A proposta dos autores é, de fato, apresentar incursões histórico-científicas das relações internacionais norte-americanas e organizar o imenso senso comum que permeia a atuação internacional deste país.

Na obra, são quatro os colaboradores que dissertam sobre aspectos da participação dos Estados Unidos no cenário internacional: César Guimarães – cientista político e professor do IUPERJ – investe na política exterior norte-americana da década de 1990, com ênfase na condução do Presidente Bill Clinton; José Tavares de Araújo Júnior – consultor da Organização dos Estados Americanos (OEA) – disseca a política econômica e comercial do governo norte-americano durante a década passada, apontando para a sua instrumentalização; Já o diplomata Mauro Mendes de Azeredo apresenta um corte histórico – de 1945 aos dias atuais – da visão norte-americana da política internacional; por fim, o professor livre-docente da USP e da PUC-SP, Oliveiros S. Ferreira, aponta para consolidadas tendências históricas da política exterior desta nação.

Em comum, os quatro autores identificam o exponencial crescimento de importância dos Estados Unidos nos assuntos globais e sugerem como vitoriosa a atuação dos Estados Unidos sobre a antagônica e extinta União Soviética e destacam o *status* de única superpotência mundial, condição da qual o país desfruta desde o fim da Guerra Fria.

Flertando com paralelos teóricos sólidos, o professor César Guimarães é bastante feliz ao delimitar as diretrizes gerais da chamada Doutrina Clinton e contextualizá-la com os processos decisórios de sua implantação empírica. Foram "a atualização e reestruturação das condições de eficácia militares e de segurança, a ênfase no papel da economia das relações internacionais e a promoção da democracia além das próprias fronteiras" (p.12) as linhas gerais de política externa da gestão do Presidente Clinton, que oscilaram entre a retórica política e a consecução *de facto*. Portanto, sem mencionar explicitamente a construção de regimes internacionais, o professor Guimarães adjetiva os novos graus de participação dos Estados Unidos nos assuntos globais – entre liderança, supremacia ou hegemonia – sem perder de vista seus instrumentos: "envolvimento e ampliação" nos negócios do mundo. Com efeito, a defesa dos valores a serem propagados "no estrangeiro" como emblemas da nação mais importante do vitorioso "mundo livre" e difusoras de um cosmopolitismo estadunidense esteve na pauta principal do Departamento de Estado. Durante a última década, sobretudo a democracia e o livre-comércio receberam tratamento especial do governo norte-americano, de forma que fossem percebidas internacionalmente como concomitantes política e economicamente com a nova ordem mundial (muito embora a associação teórica e histórica entre democracia e liberalismo econômico não necessariamente encontre replicação

---

* GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). *Estados Unidos: Visões Brasileiras* Brasília: IPRI/CAPES, 2000. 264 p.

** Bacharelando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e editor-assistente de *RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais*.

prática inexorável). Ademais, o comercialismo economicista em política externa (*vis-à-vis* a "pactomania" comercial) e a garantia última do poderio militar constituíram facetas importantes do relacionamento internacional dos EUA sob Clinton.

O objetivo do ensaio de José Tavares de Araújo Júnior é demonstrar como a política econômica e comercial norte-americana tem sido instrumentalizada para a nova realidade política de única nação superlativa do cenário internacional. A política comercial buscou seguir os passos e construir canais para respaldar a posição dos Estados Unidos nos negócios e questões mundiais. Para o mesmo, Araújo Jr. destaca a íntima ligação (histórica) entre o setor privado e o governo norte-americano, ou seja, a poderosa replicação dos interesses empresariais nas políticas governamentais.

Mais do que isso, o ensaísta coloca em perspectiva a década de prosperidade da economia estadunidense, com a aceleração dos processos de globalização e interdependência econômicas, somadas à construção do regime internacional de comércio e à realocação da estrutura internacional de produção e da divisão internacional do trabalho. Ele volta à discussão do sucesso das políticas macroeconômicas e do notório Consenso de Washington e se, de fato, os Estados Unidos são os grandes beneficiários da aceleração do processo de globalização econômica.

Ao construir seu argumento, J. T. Araújo Jr. utiliza uma amostragem das políticas anti-truste e anti-dumping, com especial ênfase às práticas de retaliação comercial do *United States Trade Representative* (USTR). O autor não se furta a recordar que tais práticas – que são operadas quando os interesses comerciais dos Estados Unidos são violados – são deveras dúbias do ponto de vista do Direito Internacional. Por fim, relembra que a dimensão da economia norte-americana "assegura a sobrevivência de [tais] idiossincrasias nacionais" (p.103), isto é, o poderio econômico dos Estados Unidos corrobora atitudes um tanto ilegítimas do ponto de vista jurídico.

Por meio de um rico recorte histórico, o diplomata Mauro Mendes de Azeredo apresenta uma síntese da história da política internacional desde 1945, sob um prisma norte-americano. É digno de nota que, além da grande interação entre política interna e externa (como doutrinava Clausewitz), a política internacional da metade do século passado se mostrou bastante influenciada não somente pela política externa estadunidense, mas também por sua política interna. Mendes de Azeredo traz à luz aspectos chaves das relações internacionais dos EUA como a eterna dicotomia em política externa entre isolacionismo e envolvimento nos assuntos mundiais, o equívoco relacionamento com a América Latina e a percepção do povo norte-americano acerca do papel dos Estados Unidos no mundo. O autor recorda importantes eventos da Guerra Fria e de seu desfecho como o Bloqueio de Berlim, a Crise dos Mísseis de Cuba, a Guerra do Vietnã e o caso Watergate, além dos processos paralelos, como o macarthismo, a "ameaça soviética", a *détente*, as *reagonomics*, a queda do império soviético e o papel dos Estados Unidos na década porvindoura ao final da confrontação bipolar.

Personagens como Harry Truman, Joseph Stálin, George Kennan, Dwight Eisenhower e seu Secretário de Estado John Foster Dulles, John Kennedy e Robert McNamara, Nikita Kruschev, Richard Nixon e Henry Kissinger, Jimmy Carter, Ronald Reagan, Mikhail Gorbachev e George Bush cumprem seus papéis históricos nos eventos de marcada participação norte-americana.

Finalizando o livro, o professor Oliveiros Ferreira enumera com muita propriedade três vertentes centrais de política externa norte-americana: segurança, comércio e ideologia. Esta tríade não só é verificada razoavelmente de forma homogênea pela história, quanto seus elementos se coadunam. Por ideologia, faça-se a leitura da "missão civilizatória" dos norte-americanos de "redenção da humanidade", da materialização dos princípio iluministas, da exacerbação da democracia e do liberalismo político consagrados por seu costume republicano. A idéia de segurança institucional, de preservar as instituições políticas e econômicas, seria o meio para assegurar a vocação do povo americano para o comércio, assim como assinala Thomas Jefferson: "os verdadeiros hábitos de nossos compatriotas os prendem ao comércio. As guerras fazem parte de nosso destino" (p.243). Ferreira prende-se também a elementos que tangem o relacionamento dos EUA com a América Latina, mas, de uma maneira geral, não o faz sem apoiar-se na supracitada tríade guia da política norte-americana.

Finalmente, a obra publicada pelo IPRI tem grande valor, não só pelo objetivo da coleção de trazer para o público pontos de vista de brasileiros proeminentes sobre nações importantes, mas em especial na edição que tem os Estados Unidos como objeto, por fomentar um debate que acomete o meio acadêmico internacional acerca do deste país nas relações internacionais. Tendo em vista que a superioridade numérica da economia, contingente militar, volume de comércio exterior, crescimento econômico e participação na vida internacional dos Estados Unidos é inquestionável, gera-se a necessidade de refletir, debater e publicar visões relevantes como as da obra em questão, que propiciam ao leitor elementos da ordem mundial. Os acontecimentos do último dia 11 de setembro somente reforçam a necessidade de aprofundar os estudos sobre a atuação internacional dos EUA e de como os outros atores e unidades do sistema internacional enxergam esta nação.

# *Alemanha: visões brasileiras**

**Frederico Meira****

A emergência da Alemanha como uma das maiores potências capitalistas do mundo no século XXI em muito se deve a sua história como palco de diversas guerras modernas. Desde regimes totalitários a rusgas entre superpotências, o país conviveu de perto com os mais importantes acontecimentos, que transformaram a geopolítica mundial no século passado. Esse é um dos motivos por que sua política exterior deve ser aprendida como exemplo de um país que conseguiu superar as dificuldades em rumo ao desenvolvimento.

A obra organizada pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães é resultado de seminários realizados no Rio de Janeiro e em São Paulo por cientistas políticos, diplomatas e economistas que conhecem as especificidades da política exterior da Alemanha. O livro faz parte do projeto Anuário de Política Internacional, organizado pelo IPRI (Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais), com o patrocínio da CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e tem por objetivo estudar os países de especial relevância para o Brasil. É composto por três textos de abordagem histórica sobre a política exterior da Alemanha e quatro que analisam sua conjuntura presente e aspectos futuros.

O primeiro texto é do Embaixador Amaury Porto de Oliveira, que procura demonstrar, por meio de uma remontagem histórica do pós-II Guerra ao nossos dias, como a Alemanha se concretizou em uma personagem de grande importância na política mundial. Para tal, o autor parte da premissa de que os Estados Unidos, a partir de 1945, ofereciam uma tranqüilidade capaz de organizar o mundo e levavam suas convicções de superioridade às outras nações, caracterizando assim o que se chamou de *Pax Americana.* Dessa forma, a Alemanha, devido às particularidades de seu capitalismo, teria se afirmado no cenário internacional como uma contraposição a esta hegemonia dos Estados Unidos e adquirido responsabilidades no mundo moderno, principalmente com a modernização dos países do Leste europeu.

Em seguida, o professor da Universidade de Brasília, Luiz Alberto Moniz Bandeira, analisa a política exterior da Alemanha no período de 1949, quando Konrad Adenauer assumiu a chefia da então RFA em seu longo mandato, a 1999, quando o país já reunificado se encontrava sob o comando de Gerhard Schröder. Além dos aspectos geopolíticos da Guerra Fria e de seu complicado fim, o presente texto tem como característica uma pertinente contextualização da política interna com sua vertente externa, demonstrando cuidadosamente os movimentos partidários que, de certa forma, influenciaram as opções globais do país. Por fim, o autor transcreve quais as dificuldades que a nova política alemã terá de enfrentar no contexto internacional, principalmente tendo em vista a relativa importância que o país adquiriu no cenário atual.

O próximo texto é da autoria do professor da Universidade Federal Fluminense, Theotônio dos Santos, que remonta à história alemã desde o pós-II Guerra, por meio de uma perspectiva econômica. Para tal, o autor utiliza diversos dados estatísticos e gráficos, interpretando-os cuidadosamente, ao demonstrar quais foram os efeitos que esta guerra causou sobre a economia da Alemanha e como, com o imprescindível auxílio das exportações, o país conseguiu se tornar uma das maiores potências capitalistas do mundo atual. Ao final, expõe seu fascinante ponto de vista a respeito das estratégias que o país deve contemplar no presente momento diante das crescentes oportunidades com a União Européia e, principalmente, com o resto do mundo.

Por último, o livro oferece quatro artigos consideravelmente mais sucintos a respeito da política exterior da Alemanha. O primeiro é do professor Christian Lohbauer e demonstra que o país deve continuar sua política multilateral, integracionista, atlântica, cooperativa na ONU e no G-8 e ativa em ações de *peace keeping*, visto que foram elas que, a partir do evento histórico da Queda do Muro de Berlim, consolidaram

[*] GUIMARÃES, Samuel Pinheiro, org. *Alemanha: visões brasileiras.* Brasília: IPRI- FUNAG, 2000. 368p.

[**] Bacharelando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e editor-assistente de *RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais*.

sua posição no cenário internacional. Em seguida, Franklin Trein, também acadêmico, esclarece como a Alemanha vem tratando suas relações com os países latino-americanos, desde a perspectiva cultural até a cooperação econômica. O terceiro artigo é do Diretor da FIESP, Maurice Costin, que vai ao passado para discorrer sobre a economia e política exterior da Alemanha atualmente. Por fim, o brilhante artigo do professor René Armand Dreifuss explica minuciosamente as opções estratégicas alemãs, por meio dos conceitos de *Westpolitik*, *Ostpolitik* e Arredondamento.

A obra tem seu mérito por elucidar aspectos de grande relevância sobre a política exterior alemã, principalmente se consideradas as escassas obras em língua portuguesa sobre o assunto. Demonstra, como as demais da mesma coleção, a crescente preocupação do Brasil com determinados Estados que, por variados motivos, possuem grande importância para a construção de relacionamentos de mútuo benefício. Convém ainda ressaltar a pluralidade da obra, que, com diversas opiniões sobre um mesmo objeto, proporciona ao leitor amplo painel de um país de importância mundial inquestionável.

# *África do Sul: visões brasileiras**

**Danilo Limoeiro****

Tendo em vista a crescente importância da política e economia internacional e das relações com outros Estados, bem como a escassez de estudos brasileiros sobre terceiros países, o IPRI – Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, com o patrocínio da CAPES-MEC, organizou o projeto Anuário de Política Internacional. Tal projeto tem por objetivo a promoção de estudos sobre países que tenham especial importância para o Brasil, visando à gradual construção de uma abordagem nacional, como salienta o autor, no prefácio da obra.

O livro reúne textos e artigos elaborados por diplomatas, economistas e cientistas políticos renomados, que dissertam sobre o desenvolvimento das políticas internas e externas da África do Sul e suas implicações para o Brasil, com ênfase especial para o período que vai de 1945 aos nossos dias. A obra trata a política exterior da África do Sul em duas fases bastante distintas: antes e após a política do *apartheid*, passando por um período de transição entre estas duas fases, que foi de 1990 a 1994.

Pode-se dividir a obra em quatro partes. A primeira, a cargo do diplomata brasileiro Hélio Magalhães de Mendonça, em que é feita uma análise descritiva da política externa sul-africana de 1945 a 1999. Na segunda parte, escrita por Luiz Henrique Nunes Bahia, Doutor em Ciências Políticas pela IUPERJ, a política exterior da África do Sul é analisada a partir de aspectos teóricos. Na terceira, Paul Singer, Professor Titular da USP, se propõe a discorrer sobre a política exterior econômica da África do Sul. Posteriormente, dispõe-se de três breves artigos da autoria de Durval Noronha Goyos Jr., Professor da Universidade Cândido Mendes, de Fernando Augusto de Albuquerque Mourão, Professor Titular da USP, e do Embaixador, já aposentado, Ovídio de Andrade Melo.

Magalhães de Mendonça, em seu trabalho, se propõe a examinar a política externa da África do Sul após 1945, a partir dos impulsos originados de variáveis tanto internas quanto externas. Para tal, o diplomata se utiliza, basicamente, de uma metodologia descritiva. A escolha desta abordagem vai ao encontro dos objetivos iniciais do texto, o que resulta em uma exposição bastante clara do que foi a política externa sul-africana durante este período.

A história da África do Sul aparteísta começa a ser tecida em 1948, quando se inicia o aprofundamento das políticas segregacionistas. A RAS (República da África do Sul) forjou sua política externa tendo como núcleo a defesa do regime do *apartheid,* o que resultou em seu isolamento frente a comunidade internacional. A sustentação deste regime se deu em parte devido à política anticomunista adotada pela África do Sul, o que conferiu uma certa tolerância à segregação por parte dos países ocidentais. Em 1990, com o fim da Guerra Fria, o regime se mostrou insustentável e se iniciou um processo de transição democrática, que culminaria na eleição de Nelson Mandela, líder do African National Congress, principal grupo de resistência ao *apartheid.* A RAS começou a implementação de uma nova política externa, que agora é regida pela abertura econômica, incentivando a entrada de capitais estrangeiros, buscando a estabilização da África Austral e dando ênfase à solidificação do Southern African Development Community (SADC), organismo de integração regional. Além disso, a RAS procurou se reaproximar dos diversos blocos que compõem a comunidade internacional.

No segundo texto da obra, Nunes Bahia faz uma análise teórica do desenvolvimento da política externa sul-africana, ao longo da segunda metade do século XX, mais especificamente da entrada deste país no processo de globalização. Para tal exame, o autor utiliza-se de elementos da teoria dos jogos em dois níveis: interno e externo. A aplicação desta vertente analítica para o caso sul-africano resultou em uma brilhante explicação teórica, sem deixar de lado abordagens empíricas.

No terceiro, a ênfase é dada à política econômica externa da RAS. Por meio de uma abordagem descritiva, Paul Singer pondera sobre as diferentes fases da economia sul-africana, bem como de

* GUIMARÃES, Samuel P. (Org.). *África do Sul – visões brasileiras*. Brasília: CNPq/IPRI, 2000, 322 p.

** Bacharelando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e editor-assistente de RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais.

sua política externa quanto a este âmbito. Elementos ressaltados pelo autor são o Complexo Mineral Energético sul-africano, a industrialização deste país e, mais recentemente, a abertura comercial da África do Sul. Na última parte da obra, há três breves artigos que observam as possibilidades de relacionamento entre Brasil e África do Sul. No primeiro, Noronha Goyos Jr. analisa o diálogo entre a RAS pós-*apartheid* e a União Européia (UE) e suas conseqüências para o Brasil. Albuquerque Mourão avalia o papel regional da África do Sul e o andamento de sua inserção na economia global. Finalmente, Andrade Melo examina, através de uma ótica realista, o relacionamento entre Brasil e RAS e as diferenças entre os dois países. Segundo o autor, o Brasil deve agir com cautela em relação à RAS, já que alguns aspectos da política externa deste país ainda se apresentam indefinidos.

Em conclusão, é possível afirmar que a obra *África do Sul – Visões Brasileiras* cumpre seu objetivo de criar um espectro nacional sobre a África do Sul. Discorre-se sobre a evolução histórica das forças políticas sul-africanas, bem como sobre seu perfil econômico e social em diversas fases de sua história, ao enfatizar o período mais recente. No entanto, nota-se uma carência de espaço para visões mais críticas das relações Brasil-África do Sul, que ocuparam apenas algumas páginas a cargo de Andrade Melo. Uma visão brasileira sobre um terceiro país deveria explorar possíveis divergências entre os dois países, como, por exemplo, as relações culturais entre os dois países.

## *O que é Via Mundi*

**O Boletim** *Via Mundi* é uma publicação digital de periodicidade trimestral editada pelo Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (REL-UnB) e veiculada exclusivamente em *RelNet* – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais, iniciativa conjunta do REL-UnB e da Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil (FUNAG-MRE), com o objetivo de congregar a comunidade brasileira de relações internacionais em torno da oferta pública e gratuita de serviços de informação e de pesquisa (disponível em http://www.relnet.com.br).

# *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades**

**Rafaela Vieira****

A relação Brasil – Israel, apesar de ter sido pouco estudada pela historiografia brasileira, é muito mais rica do que indicam os fracos índices do comércio bilateral e a baixa densidade das agendas políticas e de cooperação. Estes países se vincularam historicamente não somente pelo envolvimento diplomático, mas também pela etnicidade e cultura de seus povos, formando um vínculo extremamente importante.

O presente livro, organizado por Norma Breda dos Santos, tem como objetivo estudar os vários aspectos desta interessante relação do Brasil e da América Latina com Israel e demais países do Oriente Médio. Busca a compreensão do conteúdo e do alcance das relações entre estes dois países, visando, também, esclarecer as oscilações da política externa brasileira em relação à Israel no decorrer do tempo.

O livro está dividido em duas partes. A primeira é composta de quatro ensaios que analisam as relações interestatais, tratando dos aspectos políticos, econômicos e diplomáticos entre Brasil e Israel. A segunda parte é composta por dois trabalhos voltados à reflexão sobre as relações entre as sociedades no mundo globalizado contemporâneo, e, ainda, por um estudo sobre a abordagem empregada pela imprensa escrita ao tratar dos conflitos envolvendo Israel.

O primeiro artigo, de Norma Breda dos Santos, trata das posições assumidas pela diplomacia brasileira na ONU, em debates e votações envolvendo Israel. A autora buscou identificar aspectos expressivos destas posições que evoluíram da eqüidistância, com relação às partes em conflito, ao pragmatismo dos posicionamentos que poderiam ser novamente caracterizados como eqüidistantes no contexto do pós Guerra Fria. Segundo ela, as mudanças ocorridas no sistema internacional, assim como o padrão de relacionamento do Brasil com os EUA, afetaram a percepção e a ação da diplomacia brasileira na ONU com relação a Israel.

Com a eleição de Oswaldo Aranha ao cargo de Presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1947, iniciava-se um grande vínculo de amizade entre Brasil e Israel. O diplomata brasileiro desempenhou um papel fundamental na criação do novo Estado, quando da votação da partilha da Palestina, e, a partir daí, passaram a se desenvolver as importantes relações entre os dois países. No entanto, a política brasileira em relação a Israel não manteve o mesmo direcionamento no decorrer do tempo, tendo, muitas vezes, tomado atitudes controversas, como, por exemplo, a demora do Brasil em estabelecer relações diplomáticas com Israel e o voto de abstenção em relação à entrada do novo Estado na Organização das Nações Unidas.

Tullo Vigevani e Alberto Kleinas buscam elucidar essa política brasileira com respeito à questão palestina nos anos de 1947 a 1949, concentrando-se tanto na análise da posição assumida pelo Brasil no âmbito das Nações Unidas por ocasião dos debates sobre a partilha da Palestina, quanto em seu posicionamento diante das questões médio-orientais no mesmo período, inclusive no que se refere às relações com os países árabes. Em seguida, é examinada a atitude brasileira desde a criação do Estado de Israel até o ingresso do novo Estado nas Nações Unidas e seu reconhecimento diplomático pelo Brasil. Os autores analisam a conduta do governo Dutra de abstenção na votação sobre a admissão de Israel na ONU, em maio de 1949, assim como a demora brasileira para reconhecer formalmente Israel e para estabelecer relações diplomáticas.

Já o texto de Leonardo Senkman elucida, por meio de um estudo comparativo da história das relações internacionais, como as políticas populistas dos presidentes Perón e Vargas influenciaram as relações diplomáticas firmadas entre seus países (Argentina e Brasil) e Israel. Senkman também trata da controvertida política externa brasileira adotada em relação a Israel. Para o autor, o verdadeiro motivo para falta de interesse brasileiro em relação a Israel deve ser atribuído à política econômica nacionalista de Vargas, a sua orientação européia e à falta de competitividade dos produtos israelenses no mercado brasileiro.

Complementando os estudos primeiros do livro, Antônio Carlos Lessa

* SANTOS, Norma Breda dos (Org.). *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. 264 p.

** Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB.

passa a examinar o desenvolvimento das relações do Brasil com Israel e com as nações árabes, de 1967 aos nossos dias. Parte-se da análise dos traços dominantes do comportamento internacional do Brasil para se proceder ao esforço de compreensão dos constrangimentos internacionais surgidos na década de 70 e, finalmente, das escolhas que o governo brasileiro fez para comportar, em suas diretrizes de ação internacional, interesses e relacionamentos excludentes; para evidenciar os motivos que levaram o Brasil a revisar as suas relações com diferentes países, tendo em vista os impedimentos que impunham a dinamização dos vínculos com outras nações.

Os esforços do Brasil para penetrar o Oriente Médio foram, sem dúvida, tardios e apressados, determinados que foram pela crise no fornecimento de petróleo. Até 1973, a política brasileira para a região era caracterizada pela eqüidistância; no entanto, passou-se a priorizar os Estados árabes em detrimento de Israel. Gradualmente, o Brasil passava a reconhecer a legitimidade e os direitos inalienáveis dos palestinos à autodeterminação. A guinada política encontrava fundamentos estritamente econômicos, o que explicava o fato de as relações com os países árabes expandirem-se consideravelmente, na mesma intensidade com que as relações com Israel se afunilavam.

Os artigos de Pedro Geiger e Sonia Ramagem compõem a segunda parte do livro, e buscam elucidar as similitudes e diferenças entre Brasil e Israel. Geiger aponta lugares e momentos em que os dois povos se encontram e se distanciam, suas especificidades e identidades. A criação do Estado de Israel implicou a convivência de populações provenientes de diversos lugares. Depois de mais de cinqüenta anos, buscam-se esclarecer quais os termos de convivência entre o novo e o velho, entre o particular e a tendência à homogeneização. O Brasil também passa por transformações profundas e, como Israel, tem de fazer face à questão da diversidade cultural e da integração na territorialidade. Sonia Ramagem estuda a questão da identidade judaica por meio do impacto causado pela inauguração de uma “sinagoga”, em Brasília, por judeus messiânicos. A autora chama a atenção para o agudo crescimento do fundamentalismo religioso, sublinhando seu caráter de reação e resistência às alterações do mundo globalizado.

O último artigo, de Diane Kuperman, discorre sobre a atuação da imprensa na cobertura dos conflitos ocorridos em Israel. Kuperman esteve presente entre os 20 mil judeus que tiveram de deixar o Egito. Ela aborda o papel da imprensa em relação aos conflitos do Oriente Médio e propõe algo bastante interessante ao buscar analisar a história de Israel, por meio das notícias veiculadas pelos jornais.

Todos esses ensaios deixam claro o quão importante foi, e, continua sendo, o Oriente Médio para o mundo atual, e especificamente para o Brasil. Não só pelos conflitos eivados de ideologias que se deram naquela região, mas também por diferentes aspectos econômicos, políticos e culturais inerentes ao povo árabe e israelense, que despertam o interesse mundial e, principalmente, o brasileiro. O livro dá o primeiro passo na direção do verdadeiro entendimento das relações Brasil – Israel, propiciando que obras vindouras aprofundem mais aspectos específicos e proponham novas estratégias político-econômicas para a região.

## *Como publicar Resenhas e Artigos de Resenhas em Via Mundi*

Os arquivos com resenhas simples para o Boletim Via Mundi devem conter em torno de 75 linhas e os com artigos de resenhas devem conter até 180 linhas (ou 6 páginas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12. A identificação do livro deve conter o nome completo do autor, título e subtítulo, cidade da edição, editora, ano e número de páginas. As contribuições devem conter a vinculação institucional e a titulação do resenhista. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha Assunto “Contribuição para *Via Mundi*”.

# Os sucessores do Barão*

**Paulo Roberto de Almeida****

Em 1954, com 70 anos, idade na qual a maioria dos profissionais prefere encerrar suas atividades, Carlos Delgado de Carvalho, um representante do Brasil *belle époque* (morreu em 1980, com 96 anos), aceitou dar início a uma nova fase de sua já longuíssima e intensa vida acadêmica, desempenhando-se – na sucessão do ex-titular da cadeira, José Honório Rodrigues – como professor de História Diplomática no Instituto Rio Branco. Dessa experiência resultaria, em 1959, o livro *História Diplomática do Brasil*, que durante várias décadas (praticamente até o aparecimento, em 1992, de *História da Política Exterior do Brasil*, por Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno) constituiu-se em um manual didático útil ao estudioso que desejasse adquirir uma visão ampla das relações exteriores do Brasil, em quatro séculos de história (ver reedição fac-similar pelo Senado Federal: http://www.senado.gov.br/web/cegraf/conselho/memoria.htm).

Felizmente, Fernando Barretto, que começou bem mais cedo, razão pela qual, ao saudar o lançamento deste livro, pode ser considerado um legítimo herdeiro da obra de Delgado de Carvalho. Assim, temos o direito e, talvez, o dever de pedir-lhe a continuidade deste empreendimento exemplar, que, como *text book* acadêmico, cumpre de maneira amplamente satisfatória o papel de informação geral e fatual sobre os eventos e processos que marcam as relações exteriores e a inserção internacional do Brasil desde a morte do Barão do Rio Branco até o advento da república dos generais, em 1964. Ele está desde já convocado a oferecer-nos a suite – que estou certo existe nos *working files* do seu computador – deste doravante indispensável manual de navegação sobre a política externa brasileira da era pós-Delgado de Carvalho.

Com efeito, o que mais chamava a atenção no livro de Delgado era sua atualidade, já que todo o passado colonial português, normalmente valorizado em obras de autores tradicionais (como Hélio Vianna, por exemplo, que, em 1959, também publicou seu *História Diplomática do Brasil*), recebia apenas um tratamento introdutório com a modesta extensão de 19 páginas. Todo o resto era Brasil independente e mais da metade dedicado ao Brasil República. Delgado tinha feito uma opção preferencial pela contemporaneidade, às vezes, até pela atualidade mais imediata, como era o caso da Operação Pan-americana, iniciativa conduzida pela diplomacia de Juscelino Kubitschek, que estava ainda se desenvolvendo no momento mesmo do fechamento do livro.

Mais atualidade, impossível: tratava-se do mais puro exercício do que os franceses chamariam de *histoire immédiate*.

Havia contudo uma insuficiência manifesta no tratamento dado por Delgado à política externa brasileira no período pós-Barão do Rio Branco: as políticas externas dos governos republicanos eram examinadas num único capítulo, "Rio Branco, Chanceler da Paz e seus Sucessores", o que se revelava totalmente inadequado em razão da complexidade dos problemas em cada época, sobretudo no período varguista, extremamente intenso em lances internacionais (a começar pela própria depressão dos anos 30, que nos obrigou a inadimplências eventuais, a *defaults* involuntários e à negociação de novos acordos para o pagamento da dívida externa herdada da velha República e, sobretudo, em razão da Segunda Guerra Mundial). Mais ainda, as relações internacionais do Brasil entre 1913 e 1959 estavam comprimidas nas últimas 20 páginas desse capítulo, mas segundo uma abordagem essencialmente biográfica dos fatos mais relevantes desse longo período, como se a política externa dos "sucessores" de Rio Branco tivesse sido realmente determinada pelas orientações pessoais de cada um dos chanceleres.

Na verdade, o livro de Delgado continha também uma abordagem suplementar de algumas questões relevantes para a inserção internacional do Brasil: a doutrina Monroe e as intervenções americanas do início do século XX, o pan-americanismo acadêmico (na verdade, um importante capítulo, cobrindo o desenvolvimento jurídico do pan-americanismo e depois uma série de grandes temas de nossa política exterior regional), os Estados Unidos com as "Repúblicas latinas" (de fato as relações Brasil-Estados Unidos), o

* BARRETO FILHO, Fernando P. de Mello. *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil, 1912-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

** Doutor em Ciências Sociais da Universidade de Bruxelas. Diplomata de carreira, atualmente é Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil nos Estados Unidos.

isolacionismo e as guerras mundiais (tratando inclusive do problema da Liga das Nações). O enfoque, entretanto, era exclusivamente político, segundo a visão da história tradicional, com uma descrição da política das chancelarias e algumas (raras) pinceladas sobre os problemas econômicos envolvidos. Não havia, assim, um tratamento adequado da política externa no contexto de um país agroexportador, em processo de industrialização e ocupando uma posição relativamente marginal na macroestrutura mundial.

A obra de Delgado de Carvalho era realmente preciosa pelo que tinha de acúmulo de fatos históricos, mesmo se muitos processos relevantes fossem completamente descurados, como, por exemplo, as grandes conferências econômicas do pós-guerra, de Bretton Woods às rodadas do GATT, ou a Conferência de Havana de 1947-48 e as reuniões econômicas e comerciais pan-americanas dos anos 50, mencionadas apenas *en passant*. Os fatos e processos de tipo econômico, como as grandes correntes de comércio, a interface externa do esforço industrializador brasileiro e outros exemplos de inserção econômica mundial, perdiam-se no emaranhado de acontecimentos políticos que recheavam – ou ocupavam plenamente – o livro de Delgado.

Fernando Barreto também adota o esquema cronológico no livro, organizando seu *racconto storico* de meio século de vida diplomática republicana de acordo com as gestões dos chanceleres que, desde Lauro Muller até Araújo Castro, se sucederam na cadeira do Barão. Os principais lances – senão quase todos os grandes episódios – da política externa brasileira de 1912 a 1964 são seguidos ano a ano, em recompilação exaustiva dos eventos. Fatos, basicamente fatos, são apresentados seqüencialmente, em cinco partes sucessivas: a República Velha, a Era Vargas, a Guerra Fria, JK e a Operação Pan-Americana e a Política Externa Independente.

Este livro oferece, segundo uma metodologia convencional, mas diferente do estilo *belle époque* de Delgado, uma visão abrangente, quando não suficientemente completa, das relações exteriores do país até o advento da era militar. Confirma as qualidades da história fatual e mesmo seu caráter indispensável a todo e qualquer pesquisador que pretenda realizar a inserção desses fatos na trama mais ampla das relações internacionais do Brasil, sobretudo em sua vertente econômica externa. Cabe com efeito destacar que, ao início de cada seção, Fernando Barreto comparece com informações objetivas, tabelas estatísticas, gráficos seriais ou quadros analíticos apresentando a situação econômica do país naquela conjuntura (comércio exterior, dívida, reservas, investimentos estrangeiros etc.).

Como se situa *Os Sucessores do Barão* no conjunto dos trabalhos que trataram da política externa brasileira contemporânea? Certamente como obra de referência de primeiro plano, mas com características próprias de conteúdo e método. O livro pertence à categoria das obras gerais, constituindo um grande esforço de síntese em relação a uma soma apreciável de fatos, eventos e episódios que marcaram nossa história política e nossa inserção internacional no meio século por ele coberto. Para cumprir tais objetivos, o autor exibe o mesmo estilo inconfundível que Delgado tinha imprimido à sua obra já citada: precisão, concisão e objetividade num espírito propriamente cartesiano. O escopo de Fernando Barreto é igualmente delimitado, ao pretender tão somente fazer uma síntese expositiva das grandes marcas da política externa e das relações exteriores do Brasil, não necessariamente avançando no terreno da pesquisa arquivística, da discussão conceitual ou da elucidação analítica de problemas complexos de nossa inserção internacional no período. Não é o que se pede, aliás, de uma obra do gênero, que deve procurar ostentar, acima de tudo, clareza e sobriedade, evitando julgamentos apressados e destacando, em especial, a continuidade que sempre caracterizou a política externa brasileira. Mesmo com um enfoque essencialmente fatualístico, o autor oferece algumas linhas evolutivas desse relacionamento externo em seu epílogo. Ele constata, por exemplo, o reduzido número de países que mobilizou a atenção do Itamaraty nesse meio século: " (...) em primeiro plano, os Estados Unidos (aproximação), Argentina (rivalidade) e Alemanha (confronto). Em categoria menos proeminente, ocuparam a reflexão do Itamaraty outros países europeus, tais como a Inglaterra (atritos diplomáticos em decorrência dos bloqueios marítimos das duas guerras mundiais), França (solidariedade na Primeira Guerra e envio de médicos), Itália (único país em que tropas brasileiras tiveram atuação militar) e Portugal (política de apoio ao colonialismo até a década de 1960), além de vizinhos sul-americanos, em especial, o Paraguai (Guerra do Chaco) e a Bolívia (petróleo e estrada de ferro)" (p.275).

Outra observação refere-se ao gradual afastamento do cenário europeu e ao "contínuo acercamento dos Estados Unidos", triângulo em função do qual a política externa brasileira buscava as melhores condições para o "atendimento de seus interesses" (p.276). Como explica Fernando Barreto, "Havia fortes razões econômicas para esse acercamento político de Washington", o que se traduzia praticamente num único grande produto de exportação: café. Mais recentemente, esse movimento pendular teve outros vetores, como no caso dos acordos nucleares com a Alemanha ou, através do MERCOSUL, a tentativa atual de contrabalançar as negociações em torno de uma área hemisférica de livre comércio (ALCA) com processo

equivalente em direção da União Européia.
O mesmo epílogo traz lúcidas análises sobre a orientação e o caráter geral de cada um dos subperíodos enfocados, com apreciações das políticas desenvolvidas pelos presidentes ou chanceleres envolvidos nos principais episódios enfocados. Cada um dos 21 ministros das Relações Exteriores que sucederam ao Barão, geralmente políticos ativos em suas respectivas agremiações partidárias, merece uma epígrafe resumindo o essencial das ações desenvolvidas sob sua gestão, o que por outro lado serve para confirmar que: " (...) o Itamaraty tem gozado de relativa autonomia na condução da política externa. Com exceção de alguns governos em que o Presidente exerceu sua influência direta mas mesmo assim esporádica (Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes, Getúlio Vargas), verifica-se que freqüentemente a Casa do Barão tomava decisões sem interferência de outros ministérios, mesmo os militares (salvo talvez no episódio da não participação do conflito coreano) ou do Congresso" (p. 285).

O abandono do neutralismo nas duas guerras mundiais é visto por Fernando Barreto como positivo para a inserção internacional do país: "Tivesse a política externa brasileira sucumbido a pressões para manter a neutralidade, como fez Buenos Aires, talvez não tivesse atingido os objetivos que pretendia na época, fossem estes de industrialização ou de reequipamento militar. Não teria feito parte, desde sua criação, dos órgãos internacionais criados, como Nações Unidas, Banco Mundial, FMI e GATT. Difícil ter precisão sobre essas conseqüências, mas certamente pode-se imaginar que outra teria sido a aceitação brasileira no seio do mundo pós-guerra" (p.285-86).

Os episódios de frustrações diplomáticas nesse período – como o da Liga das Nações, em 1926 – foram poucos, o que habilita Fernando Barreto a terminar sua avaliação global afirmando que "essas instâncias [de desacerto] foram menos numerosas do que as de acerto e o balanço geral foi positivo" (p.286).
O livro aparentemente não foi submetido pela editora a processo acurado de revisão, o que explica a manutenção de diversos erros de digitação e de alguns deslizes de redação, o que certamente será corrigido numa futura reedição. A informação é enriquecida por remissões bibliográficas precisas e por notas abrangentes (dando nomes de integrantes de delegações e resumos biográficos de personagens secundárias, por exemplo), mas lamente-se a opção por uma longa seção final de notas numeradas de 1 a 1500 e não no formato mais cômodo do rodapé. A bibliografia é exaustiva, podendo ser complementada, numa futura reedição, com a indicação das já numerosas e diversificadas fontes de documentos disponíveis em páginas da Internet.

Numa obra como esta, o índice remissivo deveria oferecer um complemento útil ao leitor interessado em seguir determinadas referências temáticas ao longo do meio século republicano, mas ele ganharia muito se fosse subdivido em conceitos analíticos mais detalhados: assim, os Estados Unidos, que – junto com a Argentina, a Alemanha, o café ou Getúlio Vargas – concentram uma boa fração das referências (com mais de duzentas remissões às páginas do livro), poderiam ser objeto, em futura reedição, de entradas específicas, do tipo: Acordo Comercial de 1935, negociações financeiras de 1939, Acordo Militar de 1952, renovação em 1964 etc.

O prefácio do Chanceler Celso Lafer destaca as principais virtudes da obra e chama a atenção para o que vem sendo apontado como a principal característica da diplomacia brasileira: a mudança na continuidade. A preservação das linhas básicas da política externa brasileira ao longo das décadas deve-se a seu caráter intelectualmente reflexivo, politicamente cauteloso, operacionalmente coordenado e essencialmente discreto em termos de mídia. Como dizem acertadamente nossos vizinhos: "El Itamaraty no improvisa!" (talvez devesse fazê-lo em determinadas ocasiões, para não dar a errônea impressão de lentidão ou passividade).
Diversas fotos e algumas ilustrações, ao lado dos já citados gráficos e tabelas, compõem o aparato não textual deste livro, cuja bela capa traz uma foto do velho Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro, à qual se sobrepõe um busto do próprio Barão, uma das raras unanimidades nacionais no panteão algo rarefeito dos heróis da pátria. Nenhum dos seus sucessores, com exceção talvez de Nilo Peçanha (que já tinha sido Presidente), como Oswaldo Aranha e San Tiago Dantas, alcançou especial notoriedade ou relevo político especial no "breve século XX" aqui enfocado. Em todo caso, o levantamento cuidadoso da ação dos 21 chanceleres pertencentes ao período selecionado permite uma visão abrangente dos problemas internacionais enfrentados pelos titulares da Casa de Rio Branco ao tentar inserir o Brasil no mundo. A tradição continua a ser seguida pelos 13 outros "sucessores" (contando o próprio Celso Lafer) do período pós-1964, objeto de um segundo volume que Fernando Barreto está convocado a terminar e publicar o quanto antes. A dedicação à história diplomática pode ser, aliás, um trunfo nos meandros político-burocráticos da carreira e o próprio Barão deveu grande parte de sua notoriedade original, ao fato de sua dedicação, por longos anos, à pesquisa em velhos documentos, a uma compulsiva curiosidade livresca e ao exercício da pena.

# *Vale dico: despedida do Itamaraty**

**Virgílio Caixeta Arraes****

Na efeméride dos quarenta anos da aposentadoria do diplomata Cyro de Freitas-Valle (1896-1969), a Fundação Alexandre de Gusmão publica uma série de 14 ofícios do Embaixador dirigida ao Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Mello Franco. São documentos de pouca extensão, em que o Embaixador aborda tópicos distintos, em sua maioria, relacionados a questões que, no seu modo de ver, afligiam o bom andamento do serviço do Ministério.

Freitas-Valle teve uma carreira fulgurante no Itamaraty, ao longo de 43 anos, encerrando-a no posto de Embaixador junto à Organização das Nações Unidas (1956-61). Entrou para a diplomacia em período em que o serviço público brasileiro não estava normatizado e uniformizado e, desta forma, cada órgão tinha uma organização própria. Iniciou-se no final da I Guerra Mundial, sendo nomeado pelo Presidente Wenceslau Brás. Seu primeiro posto seria o Egito, então colônia britânica. Todavia, em face da recusa da Grã-Bretanha de aceitar uma representação diplomática independente da do seu país, sua viagem não se efetuou – p.61.

No decorrer de sua carreira, passaria boa parte no continente americano. No Brasil, chegaria ao seu topo ao ocupar, interinamente, duas vezes a Chancelaria (1939;1949). Além disso, seria Chefe de Gabinete durante parte da gestão de seu primo, Oswaldo Aranha, Secretário-Executivo por duas vezes também, além de ter presenciado parte da II Guerra Mundial na Alemanha, como Embaixador (1939-42).

Seus ofícios ao Ministro foram sugestivamente alcunhados de *Vale dico* – adeus, em latim. Neles, tratou de assuntos pertinentes ao serviço público de um modo geral como a questão salarial, a contratação de funcionários auxiliares, a remoção com ou sem apadrinhamento e infra-estrutura das repartições. Seu modo de escrever é direto e claro, sem vícios tautológicos. Isto se explica, em parte, pela própria advertência que Freitas-Valle faz no primeiro ofício – *vale dico* I - em que alerta que, em função do rico convívio sócio-político na residência paterna, desde a infância, acostumou-se a tratar com naturalidade os grandes – p.27.

Mas este destemor em relação aos bem graduados não lhe encerra a modéstia para elogiar funcionários em início de carreira como, por exemplo, o hoje Embaixador Marcos Azambuja, a quem coube nesta edição rico prefácio acerca do perfil de Freitas-Valle[1], e Antônio Houaiss, que, mais tarde, seria Ministro de Estado da Cultura (1992-93) e Presidente da Academia Brasileira de Letras. Reconhecia neste, especificamente, um inexcedível saber vernacular, tão desvalorizado, atualmente, nos repartições públicas.

A série, embora toda datada de 31 de julho de 1961, foi, consoante advertência do próprio Freitas-Valle, escrita em alguns dias – p.81. A história não registra ainda, lamentavelmente, se houve manifestação do Ministro ante o teor do conjunto. É provável que o Ministro Mello Franco nutrisse grande apreço por Freitas-Valle, que convivera com seu pai, Afrânio, também Chanceler. Talvez, em função da exigüidade temporal e da própria disposição da administração pública naquele momento, não tenha havido a avaliação devida dessa documentação lacônica, porém importante.

Embora se dispusesse à aposentadoria definitiva após longos serviços prestados, Freitas-Valle seria convocado, alguns anos depois, para mais uma missão: representar o Brasil, em 1970, quando do 1º quartel de existência da Carta de San Francisco, da Organização das Nações Unidas. Desta feita, lamentavelmente, em virtude de seu falecimento, haveria um *vale dico* definitivo.

---

* FREITAS-VALLE, Cyro de. *Vale dico: despedida do Itamaraty*. Brasília: FUNAG, 2001. 84 p.

** Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB – e doutorando em história das relações internacionais da mesma instituição.

[1] Há um lapso, porém, tendo em vista que, na página 21, afirma-se que o Embaixador Freitas-Valle participou da efeméride dos 25 anos da Carta de San Francisco, em 1970. Entretanto, seu falecimento ocorreu em novembro de 1969.

# O gás no Mercosul: uma perspectiva brasileira*

**Delchi Bruce Forrechi Glória****

Além da formação acadêmica – em prestigiosas universidades no Brasil e na Grã-Bretanha –, o Conselheiro Brasil de Holanda possui um fator que corrobora ainda mais a possibilidade de maior interação entre a teoria e a prática: fez parte da equipe negociadora do MERCOSUL do gasoduto Brasil-Bolívia. Vivenciou, pois, as dificuldades intrínsecas e os problemas inerentes aos países em desenvolvimento em relação às questões ambientais, falta de tecnologia e recursos financeiros e problemas do *gap* temporal entre a tomada de decisão e sua execução.

O trabalho do Conselheiro aborda o processo de utilização do gás natural procedente de países vizinhos – notadamente Bolívia e Argentina – e a adaptação desta fonte energética à estrutura da política exterior brasileira, principalmente na área de integração regional.

Quando se iniciaram os trabalhos para transfusão do gás para o Brasil, acreditava-se que tanto as variáveis econômicas quanto as de cunho político estavam favoráveis ao processo. No Brasil, o governo pretendia aumentar a participação do gás na matriz energética brasileira de 2 para 12%, em 2012, com a melhoria da infra-estrutura das regiões menos favorecidas pelo abastecimento energético: Amazônia Ocidental e Centro-Oeste brasileiro. Esta variável política influenciaria a produção nacional, dando incentivo para a aquisição de energia mais barata; estreitaria os laços econômicos no MERCOSUL, ao viabilizar maiores fluxos de comércio e investimentos e ainda preservaria o meio ambiente.

A obra de Brasil de Holanda desenvolve-se ao partir da descrição dos traços dominantes dos sistemas energéticos contemporâneos – pesando as diversas fontes de energia, suas vantagens e organização –, mostrando a geopolítica do petróleo durante os próximos cinqüenta anos. Correlacionando o desenvolvimento econômico ao consumo energético, cita a Ásia, que, em um futuro próximo, será a maior consumidora de insumos energéticos, dado seu crescimento econômico constante. A evolução da matriz energética tem problemas, geralmente relacionados com a suplementação dos combustíveis fósseis para os pós-fósseis, que serão, principalmente, as regulamentações ambientais, disponibilidade de recursos para investimento e o acesso à tecnologia.

Como fator transitório entre as eras fóssil e pós-fóssil, o gás natural permanece como o insumo energético de melhores características econômicas e ambientais, além de estar em reservas bem distribuídas no mundo, impedindo ou dificultando a cartelização de sua produção.

Desde 1997, sabia-se que o aumento da demanda deveria ser maior do que os índices de oferta de então. A incorporação de termoelétricas alimentada pelo gás seria a única solução viável. Desequilibrando estes planos, uma variável física tornou-se a principal aos olhos dos decisores: a localização das reservas gasíferas brasileiras. A maioria delas está localizada *off-shore* – muitas vezes com dois mil metros de profundidade, fato que exigiria um investimento que o Estado não poderia bancar. A única solução viável seria o desenvolvimento de políticas de importação de gás.

Três fatores constituem o complexo sistema integrado pela importação – por parte do Brasil – do gás boliviano e, porventura, do argentino e peruano. As principais variáveis são (i) as reservas, (ii) o mercado e (iii) a infra-estrutura. O primeiro diz respeito às quantidades existentes, prováveis e possíveis – que se mostraram muito maior do que a visão otimista de 1996 –, mas que eram um empecilho para a construção de uma relação estável, já que havia o medo da incapacidade boliviana de cumprir seus compromissos; o mercado – onde se previa o consumo de 80m$^3$ diários, sendo 65 importados – era preocupação, por não contar com unidades capazes de processar o gás; e a infra-estrutura, que credenciava a Bolívia como pólo energético sub-regional e como caminho potencial para o escoamento da produção proveniente da Argentina e de Camisea (Peru).

---

* HOLANDA, F.M.B. de. *O gás no Mercosul: uma perspectiva brasileira*. Brasília: FUNAG, 2001. 175 p.

** Bacharelando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB e editor-assistente de RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais.

Tudo leva a crer que a integração do subsistema argentino ao bloco brasileiro é inevitável, porque a quantidade de gás não-associado nesse país e a dificuldade de exportações extra-regional direcionam sua produção ao maior e mais próximo mercado. Outras opções são o mercado chilenos e o uruguaio, mas como Holanda cita: "The state of São Paulo has the same population as Argentina, so this is a market with huge potencial", p. 74.

A fronteira peruana também tem sua abertura potencial para o lado brasileiro. As reservas de Camisea são suficientes para tornar o Peru auto-suficiente energeticamente e ainda gerar excedente exportável. Embora predispostos a exportar para o Brasil, o aumento das reservas conhecidas na Bolívia e a já instalada infra-estrutura entre estes países esvazia a euforia do novo consórcio internacional que administrasse as reservas peruanas, com uma provável exportação para o grande país vizinho. Um aumento excessivo de consumo no Brasil e a adaptação do gasoduto Brasil-Bolívia para o transporte do gás peruano fariam com que este gás fosse mais barato do que o argentino e o próprio gás boliviano.

Trinidad e Tobago, Venezuela e Colômbia também são fontes potenciais de gás natural e beneficiam-se da capacidade já instalada de Trinidad e Tobago na exportação. Por sua vez, a Venezuela tem uma oferta limitada, dada a grande quantidade de energia hidroelétrica e pelas incertezas políticas causadas pelo governo Chavez.

A integração gasífera do Cone Sul oferece uma opção considerável na substituição de fontes de energia, no aumento de energia gerada e das impossibilidades internas do Brasil – maior ator neste jogo. O gás provou ter o melhor retorno, tanto economicamente como ambientalmente, superando, inclusive, o álcool – por ter mais possibilidades de uso.

Por mais, há o fator político que constitui a disponibilização do gás no mercado brasileiro, com desregulamentações, privatizações e reduções no custo de exploração e transporte, com o aprimoramento de tecnologias específicas.

Politicamente, a sinergia inerente ao funcionamento deste processo de integração fomenta o desenvolvimento de outras atividades econômicas exclusivas da região, gerando maior nível de integração, e, ao menos, uma legislação comum.

O desafio político do Brasil é transformar estes vínculos econômicos e energéticos em uma integração mais completa dos sistemas e das sociedades envolvidas:
"É um desafio e uma oportunidade que valem a pena", p.148.

O ambiente é, pois, complexo, ao envolver questões econômicas e políticas do Cone Sul; fomentar a própria teoria de integração regional; e possibilitar o abrandamento – senão a solução – da crise enérgica brasileira, fator adverso aos dois pontos anteriores. Embora não seja uma panacéia, já é um começo significativo.

## *Nota aos Autores de Livros e Editoras*

O Boletim *Via Mundi* é alimentado pelas contribuições autônomas de professores, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação e profissionais ligados à área, que produzem resenhas e artigos de resenhas sobre os últimos livros publicados no Brasil e no exterior sobre assuntos de interesse para a área. Além disso, o Boletim *Via Mundi* conta com a colaboração permanente de um corpo de professores e estudantes de mestrado e doutorado dos Departamentos de Relações Internacionais e de História da Universidade de Brasília, que produzem constantemente resenhas sobre a produção bibliográfica recém-lançada no mercado editorial brasileiro. Se a sua editora deseja ver os lançamentos da área de relações internacionais e áreas conexas resenhados e divulgados em *Via Mundi*, envie pelo menos um exemplar para o seguinte endereço:

*RelNet - Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais*
Boletim *Via Mundi*
Departamento de Relações Internacionais - Universidade de Brasília
Caixa Postal 04359
Brasília - DF - 70910-970
Brasil

# *Relações Internacionais da América Latina**

**Thiago Gehre Galvão****

A nova obra do renomado historiador Amado Cervo, professor titular do Departamento de História da Universidade de Brasília, compõe um dos dez volumes da coleção Relações Internacionais, que se origina da parceria da Fundação Alexandre de Gusmão do Ministério das Relações Exteriores (FUNAG), da PETROBRAS e do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI).

A idéia central do autor é de que o corte paradigmático neoliberal, ocorrido entre o fim dos anos 80 e o início dos 90, interrompeu o ciclo da diplomacia do desenvolvimento, levando ao desmantelamento do Estado interventor nos países da América Latina, sem fornecer, contudo, uma opção que pudesse continuar engendrando o crescimento e a modernização de tais países. Esta opção paradigmática seria a do Estado Logístico, que caracterizaria a conduta dos governos de economias centrais.

O livro tem o objetivo de aprofundar o estudo do ciclo da diplomacia do desenvolvimento, que se constituiu em paradigma de política exterior da maior parte dos Estados latino-americanos, entre 1930 e 1986, com ênfase nas chamadas potências atlânticas – Argentina, Brasil e Venezuela – e também de introduzir o estudo de outro ciclo posterior, o neoliberal.

Para tanto, o autor divide sua obra em três partes principais. Na primeira, tenta estabelecer a gênese e a evolução da teoria desenvolvimentista latino-americana; na segunda, examina o comportamento externo dos três países atlânticos durante o período em que aquela filosofia política informou o processo decisório em matéria de relações exteriores; na última, empreende, a título de conclusão, uma análise do paradigma neoliberal de relações internacionais e de seus primeiros impactos sobre as condições internas da América Latina.

O ciclo da diplomacia do desenvolvimento na América Latina é o título da primeira parte que compreende três capítulos maiores. O primeiro deles trata dos impactos da depressão capitalista, a partir de 1929, e da 2ª Guerra Mundial na América Latina e a estruturação de um novo paradigma de relações internacionais na região.

Apesar dos efeitos da crise terem sido similares nas diferentes regiões, o autor mostra que os países latino-americanos responderam de forma diferente em relação aos países mais avançados, pois, enquanto nos primeiros houve o fechamento dos mercados e reforço do protecionismo, nos últimos, ocorreu uma queda das exportações agrícolas, que acabaria induzindo à modernização do centro produtivo. Além disso, é neste momento que surgem novos interesses advindos de outros grupos sociais fora do setor agroexportador, o que reforçará o papel de projetos nacionais como forma de perpetuar os ideais de grupos específicos.

Mais adiante, em outro capítulo, o autor aborda as políticas exteriores e os relacionamentos regionais dos países latino-americanos na ordem bipolar. Destaque-se que os países latino-americanos passaram por dois momentos: o primeiro foi diante da formação de blocos no pré 2ª Guerra, com destaque para a política de barganha de Vargas; o segundo, já no contexto de guerra, quando se eleva a pressão norte-americana na região, por meio do monopólio do comércio e da concessão de créditos e, em contrapartida, a neutralidade argentina, que irritaria profundamente os *policy-makers* norte-americanos.

Posteriormente, o livro analisa a formulação de uma teoria latino-americana do Estado desenvolvimentista e da inserção internacional da América Latina durante a Guerra Fria. Esta teoria não teria sido uma formulação pura da CEPAL, mas fruto direto de políticas públicas implementadas pelos estadistas no período anterior.

O autor aponta ainda duas falhas deste modelo, ao longo de sua vigência na determinação dos rumos da política externa brasileira: a) os governos latino-americanos dedicaram pouca atenção à ciência e tecnologia como variáveis

---

* CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001. 370 p.

** Mestrando em história das relações internacionais da Universidade de Brasília – UnB.

agregadas ao modelo de desenvolvimento; b) incapacidade do modelo de promover o surgimento de grandes empresas com tecnologia própria (exceção das grandes estatais).

A segunda parte da obra trata especificamente das relações entre as potências atlânticas – Argentina, Brasil e Venezuela – com algumas incursões aos vizinhos – Bolívia, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Equador e Peru. Também divide-se em três capítulos que se ocupam:

- da dinâmica atlântica entre 1947 e 1959, com um balanço das relações interamericanas à época de Perón, Vargas e Pérez Jimenez, do sul do continente no período do peronismo, da ascensão de Stroessner, do triângulo Argentina-Paraguai-Brasil e do norte da América do Sul, à época de Perez Jimenez;
- da dinâmica atlântica entre 1960 e 1979, apontando os primórdios da integração física na década de 1960, quando o Cone Sul variou entre a obstrução da diplomacia e a cooperação regional, enquanto o norte do continente assistiu ao isolacionismo venezuelano, o que colocou em compasso de espera as relações regionais na década de 1970, com a força do petróleo ao norte e a geopolítica e os contenciosos da água ao sul;
- da construção de eixos bilaterais – Brasil-Venezuela e Brasil-Argentina – a partir de 1979, quando há um claro entendimento entre os países do Cone Sul, com relação ao contencioso das águas, que geraria a aproximação gradativa entre Brasil e Argentina, com a culminância da formação do MERCOSUL. No espectro norte, também há uma aproximação com os países da área, em especial com a Venezuela, que se evidenciaria pelo Tratado Amazônico e Projeto Calha Norte. Este capítulo é, todavia, o menos explorado pelo autor, ensejando novas abordagens para que se complemente o entendimento de período tão importante das relações internacionais da América do Sul, qual seja, o de uma aproximação efetiva.

A última parte contempla o ciclo da diplomacia neoliberal e cuida das relações da América Latina na virada do século sob este novo signo ideológico. Abordam-se três aspectos no capítulo conclusivo: o primeiro diz respeito à transição do Estado desenvolvimentista para o Estado *normal*; o segundo aponta as orientações externas dos regimes neoliberais e o último faz um balanço das relações internacionais do Estado normal, tendo como base a política externa argentina da década de 1990 e as primeiras reações.

O livro de Cervo é muito muito mais do que um trabalho didático, porque se insere em um contexto acadêmico mais amplo, de debate entre aqueles propagadores dos ideais neoliberais, que gloriosamente alardeiam o fim do Estado, e aqueles mais cautelosos e atentos ao movimento histórico dos acontecimentos, como é o caso do autor, que apenas visualizam uma mudança no caráter de atuação do Estado;

Segundo, pelo próprio objeto de estudo e conteúdo apresentados pelo autor, à medida que não se pode entender a política externa brasileira, sem que se leve em conta a história das relações internacionais do Brasil com os demais países da América Latina. Além disso, este tipo de estudo não pode ficar restrito às relações entre Brasil e Argentina, como boa parte dos estudiosos da área vem propagando.

Portanto, trazer à cena as relações do Brasil com os países da América do Sul, em especial com a Venezuela, enriquece demais este campo de estudo. Desta forma, o trabalho de Amado Luiz Cervo torna-se, de pronto, referência obrigatória para toda reflexão acadêmica e diplomática sobre esta região do globo.

# *Brasil no espaço**

**Carlos Eduardo Vidigal****

*Brasil no espaço* deve ser visto como o segundo volume de *Os moedeiros falsos*, publicado pela mesma editora (Coleção Zero à Esquerda), em 1997. Reúne artigos, conferências e entrevistas do autor, realizados entre agosto de 1997 e outubro de 2000. Os textos acrescentam novas análises e aprofundam a reflexão sobre "as forças conservadoras e suas teses neoliberais", que dominam o cenário político brasileiro desde o início dos anos noventa.

Por se tratar de artigos e conferências publicados e proferidas em diferentes momentos, apresentam o incômodo da repetição de algumas idéias e, em algumas passagens, o caráter superficial que, em geral, acompanha essas atividades. Porém, a profundidade de seus argumentos e a perícia com a qual Fiori consegue tecer os fios de uma realidade fugidia, a do mundo contemporâneo, transformam seu livro em uma obra de rara lucidez. Seus textos indicam a necessidade, em meio à falência da utopia globalista-liberal, de se voltar à leitura dos clássicos, para a retomada da compreensão das tendências históricas de longo alcance.

A crítica em relação ao conceito de globalização, às idéias neoliberais ou aos governos de Collor e de Cardoso, em momento algum, é panfletária. Mesmo quando considera os termos como globalização, governabilidade ou "nova economia" frutos de uma "espécie de produção sazonal de expressões dúbias", formuladas nos países centrais com a finalidade de ocupar a atenção da chamada "patuléia intelectual dos trópicos", o faz com propriedade, ao utilizar não o recurso a intelectuais consagrados pelas "oposições de esquerda", mas a leitura crítica de intelectuais conservadores ou liberais. Lembra, por exemplo, a já clássica afirmação de J. K. Galbraith, no sentido de que a globalização não é um conceito sério, pois foi criado pelos norte-americanos para dissimular sua política de entrada econômica nos outros países. Ou a expressão de Henry Kissinger, que considera a globalidade um outro nome para a posição dominante nos Estados Unidos.

Ao partir de uma visão crítica da trajetória contemporânea do capitalismo, que remonta ao início da década de 1970, Fiori esboça, em seus textos mais densos, uma interpretação inovadora da sociedade contemporânea, em suas múltiplas conexões, e uma abordagem original da inserção brasileira, assentada nas contribuições de diversos e variados intelectuais, como Celso Furtado, Giovannni Arrighi, Karl Polanyi, Maria da Conceição Tavares e Robert Gilpin.

Em "Lições que Vêm da Ásia", analisa a crise asiática de 1997/98, com base nas especificidades e na trajetória histórica dos países da região. A reflexão sobre o desenvolvimento do Japão e dos "Tigres Asiáticos", no contexto da Guerra Fria e das alterações ocorridas na região após a crise do modelo financeiro de Breton Woods, permite identificar os fatores que tornaram possível o desenvolvimento verificado na região, a partir dos acordos do Plaza, de 1985. Situado no quadro maior dos interesses norte-americanos na área asiática e dos conflitos especificamente regionais, o "desenvolvimento a convite" daquela região evidencia seus limites, o que indica que dificilmente serão repetidas, nos próximos anos, as altas taxas de crescimento verificadas anteriormente à crise de 1997.

No texto "A propósito de uma 'construção nacional interrompida'", desenvolve um profundo e intenso diálogo com Celso Furtado, Karl Polanyi e Maria da Conceição Tavares, além de Braudel e Weber, dentre outros, para apresentar uma análise do desenvolvimento capitalista nos séculos XIX e XX, sem a qual os atuais rumos e perspectivas da economia mundial se tornam ininteligíveis. Ao desenvolver a idéia de Polanyi, acerca da existência de um "duplo movimento" na história do capitalismo industrial e liberal (princípio do liberalismo econômico e princípio da proteção social), procura interpretar a evolução das sociedades periféricas, em suas dimensões específicas, a partir das diversas variantes de "desenvolvimento associado". Nessa perspectiva, as dicotomias "nacionalismo-cosmopolitismo", "estatismo-liberalismo" ou estabilização-crescimento surgem como "táticas" no manejo da política econômica e não

---

* FIORI, José Luís. *Brasil no espaço*. Petrópolis: Vozes, 2001.

** Mestre em história das relações internacionais da Universidade de Brasília – UnB.

como uma profunda clivagem ideológica ou estratégica.

Embora os dois artigos citados acima refiram-se, primordialmente, à questão da evolução do capitalismo internacional e de seu impacto nas áreas periféricas, a preocupação maior do autor é com o Brasil e sua atual conjuntura.

A grande onda da "restauração liberal-conservadora" (liberalismo econômico e conservadorismo político) da América Latina, que se tornou geral na década de 1980, constitui a base para a análise da atual situação brasileira e latino-americana. O abandono dos projetos desenvolvimentistas e a adesão às diretrizes do Consenso de Washington permitiram um certo crescimento dos países latino-americanos nos primeiros anos da última década. O crescimento foi possível em virtude de grande oferta de capitais no mercado internacional que afluíram para a América Latina, coincidindo – não por acaso – com os processos de privatização desencadeados nos diversos países da região. Esgotadas as condições propulsoras deste pequeno crescimento, que, no Brasil, se concentrou na conjuntura do Plano Real, nos anos de 94 a 96, a América Latina manteve políticas monetárias restritivas. Tais políticas, que tiveram relativo êxito no combate à inflação, desencadearam uma alta da taxa de juros que inibiu o crescimento econômico.

Desde o final da década de 1990, a América Latina defrontou-se com uma nova realidade na qual os frutos prometidos pelo Consenso de Washington não amadureceram. Hoje, a perspectiva da região é alternar fases de baixas taxas de crescimento com outras de recessão. O Brasil, caso não venha a modificar os parâmetros de sua inserção internacional, caminhará, provavelmente, para uma situação mais próxima à que enfrenta a Argentina.

Com o título inspirado em uma de suas conferências, "2001: o Brasil no espaço", o livro de José Luís Fiori constitui-se em uma profunda crítica ao consenso estabelecido no Brasil, na década de 1990, em torno das idéias neoliberais, da utopia da globalização, do desenvolvimento pautado no fluxo crescente de capitais para mercados desregulados e da ideologia do "pensamento único", que recebeu a adesão de liberais convictos e de alguns intelectuais de inspiração marxista.

A analogia com o filme de Stanley Kubrick aponta para um país que, na entrada do novo milênio, não é uma nave sem rumo, pois segue a rota estabelecida pelos nossos dirigentes ao longo da última década, com um destino claro: a condição de *dominium*. No filme de Kubrick, a nave espacial também tinha um rumo predefinido, até que o computador Hall passou a controlar a nave e a própria vida da tripulação. O computador foi desligado e a tripulação voltou a ter o controle de seu destino no espaço. Essa é a mensagem otimista de Fiori: é perfeitamente possível que o povo brasileiro desligue, algum dia, a memória de Hall e possa redesenhar o rumo da "nave" Brasil.

*Boletim de Análise do Estado da Arte em Relações Internacionais*

Publicação digital trimestral do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – Nº 5 - Jul-Set 2001 – ISSN 1518-1227

Publicação digital de periodicidade trimestral do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, distribuída exclusivamente em *RelNet* – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais (http://www.relnet.com.br).

Redação: editoria@relnet.com.br

# *Prós e contras da globalização**

**Virgílio Caixeta Arraes****

Passada cerca de uma década após o fim da Guerra Fria entre Estados Unidos – EUA - e a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS -, não há, nas relações internacionais, a consolidação de conceitos com o mesmo vigor e intensidade que havia no período anterior. Tentativas foram feitas, como a do norte-americano Francis Fukuyama, ao proclamar o fim da história, no sentido de que a democracia liberal seria a única alternativa viável para os países, na era que nascia, fruto da vitória do pólo ocidental.

No entanto, tal premissa não se consolidou, à proporção que os regimes democráticos instituem-se e solidificam-se em velocidade inferior à das práticas econômicas liberais, o que causa, na maioria das vezes, um arrefecimento ideológico da parte política, inspirando aspirações imediatistas e autoritárias.

Apenas um conceito obteve presença no mundo inteiro, a despeito do regime político e econômico adotado por cada país: globalização. Em todos os continentes, o termo designaria processos sociais díspares, se comparados em conteúdo, no planeta todo.

Justamente por não corresponder a uma definição precisa, o conceito serve para debates intermináveis sobre o seu real significado, não havendo, até o presente momento, um consenso entre historiadores, politólogos, economistas e cientistas sociais, de um modo geral. Contudo, determinados aspectos mais amplos são aceitos pela maioria dos estudiosos como a compressão do tempo e do espaço - em função do avanço tecnológico -, uma interdependência sem precedentes entre os países – por causa da maior proximidade das economias nacionais - e a erosão das barreiras e fronteiras – com o conseqüente desmantelamento gradativo do Estado-nação como ator principal nas tomadas internas de decisão.

Mesmo com essa abordagem ampla, o tema ainda encontra resistências para ser aceito como um retrato da realidade contemporânea, como é o caso dos autores britânicos Paul Hirst e Grahame Thompson, que afirmam que a era atual caracteriza-se por uma internacionalização e não por uma globalização: o que há, de fato, no mundo, seria uma maior aproximação entre as economias dos Estados-nações, sem a perda de sua autonomia decisória.

Destarte, como conseqüência da incerteza conceitual, que ocasiona uma pluralidade de visões, Held e McGrew, ambos professores universitários na Grã-Bretanha, procuraram didaticamente mapear, na sua obra, a diversidade acadêmica do tema, ao abordar as diferentes visões de conceituados estudiosos – Ulrich Beck, James Rosenau, Samir Amin, Manuel Castells, Andre Gunder Frank, Anthony Giddens, Robert Keohane e outros – sobre os impactos deste fenômeno, que refletem, de modo direto ou indireto, sobre a política, a economia, a cultura, a ciência etc.

No correr da obra, ao destilarem-se as opiniões divergentes de inúmeros estudiosos, reverbera, de forma indireta, que, apesar do peso que se dedica à independência da economia em relação a outros segmentos sociais da realidade, nas relações internacionais contemporâneas, o posicionamento será político, dado que cada autor se municiará de estatísticas, comparações, interpretações anteriores de outros intelectuais, que lhe proporcionarão material suficiente para corroborar ou refutar determinada visão do processo de globalização.

Os principais temas abordados pelos autores são:

o papel do moderno Estado-nação perante o crescimento gradativo e inexorável de outros atores, como empresas transnacionais, organizações internacionais e organizações não governamentais;

o lugar da cultura, em um mundo cada vez mais permeado de influências distantes e distintas;

o desempenho da economia em uma situação cada vez maior de suposta independência em relação a populações e dirigentes nacionais;

a questão da desigualdade como um fator permanente das relações internacionais – a globalização não causaria mais pobreza; no entanto, o fosso entre os países ou regiões aumentaria, visto que ela geraria mais riquezas ao país ou ao grupo detentor de tecnologia, por exemplo;

finalmente, se seria possível, em face da duração do item anterior, a obtenção, por meio de uma construção sócio-político mundial, de um consenso mínimo entre todos, codificado em uma ética global, que garantiria a satisfação de determinados direitos a todos.

A proposta dos autores não é a chegada a uma resposta definitiva, em relação aos pontos mencionados acima, à medida que a dinâmica do processo contemporâneo é sobremaneira desenvolto, o que desestimula prognósticos terminantes. Todavia, os autores proporcionam um panorama interessante sobre questões – enfeixadas no irrestrito e magnético conceito da globalização – que estão delineando o cenário futuro do mundo.

---

* HELD, David, MCGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 107 p.

** Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB - e doutorando em história das relações internacionais da mesma instituição.